

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EJA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elizete Pereira Bahia Viana¹
Adenilson Souza Cunha Junior²

Eixo: Políticas Públicas para a EJA e Formação inicial e continuada de professores da EJA

Palavras-chave: Inclusão Educacional. Formação de Professores. Educação de Jovens e Adultos.

Introdução

Este texto é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento intitulada “**A inclusão de pessoas com deficiência na educação de jovens e adultos: análise da formação de professores nas escolas de ensino médio no Baixo Jequitinhonha – MG**”, desenvolvido no contexto das escolas públicas estaduais do Baixo Jequitinhonha – MG. E tem como objetivo geral analisar a formação de professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Médio do Baixo Jequitinhonha, investigando como essa formação contribui para a inclusão de estudantes jovens, adultos e idosos com deficiência nas escolas estaduais de Ensino Médio mineiras.

Esse estudo nasceu a partir da problemática da inclusão dos estudantes com deficiência na EJA Médio, em que se nota que as políticas públicas de inclusão não têm alcançado este segmento de modo efetivo. Para tanto, tomamos como objetivos específicos analisar como os professores da EJA são preparados para lidar com a diversidade e com a inclusão de pessoas jovens, adultas e idosas com deficiência no Ensino Médio; identificando ainda os desafios enfrentados pelos docentes no processo de inclusão educacional; avaliando as estratégias pedagógicas e metodológicas utilizadas na EJA para fomentar a inclusão e garantir um aprendizado significativo aos estudantes. Neste texto, apresentamos um panorama parcial dos resultados obtidos até o presente momento.

Inicialmente realizamos uma revisão sistemática, procurando encontrar estudos que pudessem auxiliar nas discussões acerca do objeto de pesquisa, enveredando para o tema em questão, a fim de buscar discussões que tratassem da inclusão escolar de alunos com deficiência na EJA na última década, no segmento Ensino Médio. Assim, foi realizado um levantamento nos bancos de dados do Portal dos Periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de

¹ Elizete Pereira Bahia Viana – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: 2024m0162@uesb.edu.br

² Adenilson Souza Cunha Junior – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: adenilsoncunha@uesb.edu.br

Teses e Dissertações (BDTD), que tratam da temática em questão, após a consolidação dos caminhos necessários, chegamos a 12 trabalhos que foram analisados no decorrer da dissertação.

Para consolidar as discussões acerca da inclusão de pessoas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, dialogamos com alguns documentos norteadores como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência (2007), as legislações que embasam o processo de inclusão das pessoas com deficiência no contexto educativo, como a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, a Lei Brasileira de Inclusão nº 3.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Resolução SEE/MG Nº 4.256/2020, O PNE (2014-2024) Lei nº 13.005/2014, os documentos orientadores da Secretaria de Estado da Educação Mineira que ratificam a importância quanto à necessidade de garantia de direitos, assim como documentos que propõem a inserção destas pessoas no ambiente educativo.

Portanto, a pesquisa busca ampliar o debate sobre a inclusão na EJA, a partir do horizonte teórico de formação do professor e sua prática pedagógica na perspectiva da inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Médio, possibilitando novas investigações e iniciativas que possam fortalecer a construção de uma educação mais acessível, transformadora e que seja para todos. Ao destacar a importância da formação docente, seja inicial ou continuada, o estudo pretende contribuir para a implementação de práticas pedagógicas que assegurem o direito à educação de pessoas jovens, adultas e idosas em sua diversidade, promovendo, assim, uma discussão para escolas que acolhem as diferenças, independentemente das condições que os estudantes apresentam.

Metodologia

A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa, associada a pesquisa de campo, combinando análise bibliográfica e documental (Gil, 2008), cujo propósito não é a representatividade estatística, mas sim o aprimoramento da compreensão das dinâmicas sociais e significados construídos por um determinado grupo social ou organização. De acordo com Minayo (1994, p. 31), essa forma de investigação privilegia “o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”, concentrando-se na análise profunda dos contextos e das experiências vividas. Os sujeitos pesquisados fazem parte das escolas estaduais do Baixo Jequitinhonha – MG, constituindo-se de 13 pessoas, sendo: cinco professores que lecionam na EJA, cinco estudantes que fazem parte das turmas de EJA e

três diretores das escolas estaduais que ofertam a modalidade. Utilizamos ainda da Entrevista Semiestruturada para realização da pesquisa.

Análise dos resultados

Os dados apresentados na pesquisa refletem o universo das escolas estaduais de Ensino Médio do Baixo Jequitinhonha – MG, pertencente a Região do Vale do Jequitinhonha, território de grande relevância para a pesquisa, pois garante uma visão panorâmica da oferta educacional para EJA, bem como possibilita entender sobre as práticas pedagógicas, os desafios e as limitações enfrentadas pela EJA na região.

Os resultados evidenciaram que a inclusão dos estudantes com deficiência na EJA Médio ainda encontra muitos desafios, dada a mínima oferta existente e a forma de atendimento nas instituições educativas estaduais mineiras da microrregião.

Nesse sentido o ensino ministrado nestas instituições tem como órgão regional a Superintendência Regional de Ensino de Almenara (SRE) e que atende 63 unidades estaduais de ensino nas mesorregiões do Baixo e Médio Jequitinhonha, integrando 21 municípios, sendo, 59 escolas estaduais e 04 Centros de Educação Continuada. Dos 16 municípios que compreendem a microrregião do Baixo Jequitinhonha, 43 escolas estaduais fazem parte do território, distribuídas conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Total de Instituições Educacionais Estaduais da microrregião do Baixo Jequitinhonha MG

Escolas Estaduais/Centros de Educação Continuada	Nº de Escolas	Nº Municípios
Escolas de Ensino Fundamental e Médio	29	16
Escolas de Ensino Fundamental apenas	10	07
Escolas de Ensino Médio apenas	04	03
CESEC's (Centros de Educação Continuada)	04	04
Escolas que ofertam apenas a EJA Médio	05	03

Fonte: Construído pelos autores. Dados: SRE Almenara, 2025

A SRE é responsável por articular e supervisionar a política educacional no território do Baixo Jequitinhonha, respondendo por 58 escolas estaduais no total (SRE Almenara, 2025).

Como foi mencionado anteriormente, das escolas estaduais constantes na tabela, um total de 43 escolas fazem parte do Baixo Jequitinhonha. Com apenas cinco escolas ofertantes da EJA Ensino Médio, que é objeto de nossa pesquisa, abrangem 03 municípios, dos 16 (dezesseis) que fazem parte da microrregião. Estes municípios respondem por toda a demanda da EJA do Ensino Médio ofertada na microrregião (SRE- Almenara, 2025).

Os dados evidenciaram também que são atendidos 3.604 alunos nas 05 escolas estudadas. Destes 1.547 são estudantes de Ensino Médio, sendo apenas 63 estudantes pertencem a EJA do Ensino Médio, quanto aos que tem deficiências os dados são imprecisos visto que a maioria não tem laudo médico e os transtornos não são visíveis. Neste contexto as unidades de ensino possuem 65 professores, que se utilizam da EJA para completar cargo segundo SRE de Almenara.

Diante da análise dos dados encontrados nas observações, nas entrevistas com os sujeitos, bem como as políticas públicas e marcos legais que norteiam a oferta e atuação na modalidade, a pesquisa aponta para a existência de muitas lacunas em relação à inclusão dos estudantes com deficiência na EJA Médio. Verifica-se uma oferta maior do que a procura, dado que as escolas ofertantes possuem 171 vagas disponíveis para EJA, quando apenas 63 estudantes estão com matrículas ativas.

O estudo permitiu avançar em diferentes compreensões que servirão de base para estudos futuros, principalmente pela forma como a Educação de Jovens e Adultos é entendida e operacionalizada nas instituições educativas estaduais estudadas, servindo de parâmetro para toda a região, a partir da correlação dos dados que possibilita reavaliar trajetórias, analisar percursos e repensar caminhos já trilhados, a fim de potencializar uma EJA mais inclusiva a partir dos parâmetros normativos e contribuições acadêmicas.

Considerações Finais

Consideramos que essa pesquisa é relevante ao analisar que a inclusão é possível e por entender que em pleno século XXI as pessoas são capazes de vivenciar e respeitar indivíduos diferentes na sociedade, na escola ou em quaisquer contextos, compreendendo que estes sujeitos precisam ter seus direitos respeitados e assegurados, mas, acima de tudo, serem aceitos em quaisquer espaços mediante a compreensão de suas diferenças como algo inerente ao ser humano nos ambientes de convívio.

Desvela realidades que precisam ser compreendidas e os compromissos que precisam ser assumidos em relação aos direitos a serem assegurados para todos os cidadãos na efetivação das políticas públicas para os sujeitos da EJA, especialmente aos que possuem limitações e deficiências que os impedem de viver plenamente seus direitos sociais e políticos.

O *lócus* da pesquisa revela que a inclusão dos estudantes com deficiência na EJA Médio ainda se encontra no plano das normativas, necessitando que seja efetivada na prática.

Persiste a secundarização da modalidade, agravando-se quando se trata de estudantes com deficiência no Ensino Médio.

A pesquisa ainda carece de muitas discussões, por encontrar-se em andamento, alguns resultados precedem o desfecho final de toda a investigação, que está submetida a análises dos achados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 17 nov. 2024./19394.htm. Acesso em: 26 dez. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Fixa as diretrizes e bases da educacional nacional. Brasília, 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MG: Painel de dados. SRE – Almenara. **Dados fornecidos pela SRE – Almenara**. Almenara, 2025.